

Barigüi S.A. -  
Crédito,  
Financiamento e  
Investimentos

**Demonstrações financeiras  
consolidadas do Conglomerado  
Prudencial em 31 de dezembro  
de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial do conglomerado prudencial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado do conglomerado prudencial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido prudencial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750  
www.kpmg.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da  
Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Financeira e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

### **Outros assuntos**

A Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 20 de março de 2017.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 4, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Paulo Dal Poz Alouche'.

João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2

**Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**

**Balanco patrimonial do conglomerado prudencial em 31 de dezembro 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<u>191.129</u>	<u>189.765</u>	<b>Circulante</b>		<u>161.080</u>	<u>134.056</u>
Disponibilidades	5	2.508	1.738	Depósitos	13.a	25.488	27.693
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5 / 6	57.077	46.805	Depósitos interfinanceiros		-	23.110
Aplicações em depósitos interfinanceiros		57.077	46.805	Depósitos a prazo		25.488	4.583
Títulos e valores mobiliários	7.a	-	8.476	Recursos de aceite de emissão de títulos	14	120.995	74.267
Cotas de fundos de investimentos		-	8.476	Letras de crédito imobiliário		62.243	30.576
Operações de crédito	8	118.008	122.479	Recursos de aceites cambiais		58.752	43.691
Setor privado		121.970	130.736	Outras obrigações		14.597	32.096
(-) Provisão para perdas em operações de crédito		(3.962)	(8.257)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		53	129
Outros créditos	9	4.424	2.411	Sociais e estatutárias		3.669	2.365
Crédito tributários		2.032	843	Fiscais e previdenciárias	15	2.698	3.042
Diversos		2.392	1.568	Diversas	16	8.177	26.560
Outros valores e bens	10	9.112	7.856				
Bens não de uso		8.051	3.750	<b>Passivo não circulante</b>		<u>269.940</u>	<u>267.848</u>
(-) Provisão para desvalorização de bens		(1.569)	-	<b>Exigível a longo prazo</b>		<u>269.940</u>	<u>267.848</u>
Outros valores e bens		2.630	4.106				
<b>Não circulante</b>		<u>289.312</u>	<u>255.654</u>	Depósitos	13.a	-	22.102
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>288.496</u>	<u>254.953</u>	Depósitos a prazo		-	22.102
Títulos e valores mobiliários		755	-	Recursos de aceite de emissão de títulos	14	264.882	241.194
Instrumentos derivativos financeiros	7.b	755	-	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		155.854	127.599
Operações de crédito	8	278.780	245.739	Recursos de letras de crédito imobiliário		109.028	113.595
Setor privado		283.983	249.302	Outras obrigações		3.652	2.467
(-) Provisão para perdas em operações de crédito		(5.203)	(3.563)	Diversas	16	3.038	1.852
Outros créditos	9	2.864	3.202	Dívida subordinada elegível a capital	17	614	615
Diversos		604	559	<b>Participação de não controladores</b>	19.f	1.406	2.085
Crédito tributários		2.587	2.970	<b>Patrimônio líquido</b>	19	49.421	43.515
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(327)	(327)	Capital social	19.a	23.600	23.000
Outros valores e bens	10	6.097	6.012	De domiciliados no país		23.600	20.000
Outros valores e bens		3.920	5.635	Aumento de capital pendente de aprovação BACEN		-	3.000
Bens não de uso		3.123	1.577	Reservas de capital		25.821	20.515
(-) Provisão para desvalorização de bens		(946)	(1.200)	Reservas de lucros			
<b>Permanente</b>		<u>816</u>	<u>701</u>	Reserva legal	19.b	2.367	1.898
Investimentos		3	4	Outras reservas de lucro		23.454	18.617
Outros investimentos		3	4	<b>Total do passivo</b>		<u>480.441</u>	<u>445.419</u>
Imobilizado de uso	11	628	553				
Outras imobilizações de uso		1.694	1.543				
(-) Depreciação acumulada		(1.066)	(990)				
Intangível	12	185	144				
Licenciamento e uso de software		521	442				
(-) Amortização acumulada		(336)	(298)				
<b>Total do ativo</b>		<u>480.441</u>	<u>445.419</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

### Demonstração do resultado do conglomerado prudencial

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º sem/16	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>52.315</u>	<u>104.218</u>	<u>100.297</u>
Operações de crédito	8.b	47.283	95.477	92.890
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	7.c	4.028	7.303	6.146
Resultado com títulos e valores mobiliários	7.c	249	683	1.139
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	755	755	-
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(30.695)</u>	<u>(63.784)</u>	<u>(68.267)</u>
Operações de captação no mercado	14.a	(28.743)	(57.511)	(54.195)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	23
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	8.c	(1.952)	(5.626)	(10.789)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro		-	(647)	(3.306)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>21.620</u>	<u>40.434</u>	<u>32.030</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(13.161)</u>	<u>(25.824)</u>	<u>(19.563)</u>
Receita de prestação de serviços		1.062	2.217	4.202
Despesas de pessoal		(3.757)	(6.882)	(6.628)
Despesas administrativas	22	(9.294)	(19.869)	(17.527)
Despesas tributárias		(1.227)	(2.427)	(2.342)
Outras receitas operacionais		711	2.132	3.758
Outras despesas operacionais		(656)	(995)	(1.026)
<b>Resultado não operacionais</b>		<u>(1.632)</u>	<u>(2.050)</u>	<u>7</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<u>6.827</u>	<u>12.560</u>	<u>12.474</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	23	<u>(1.674)</u>	<u>(2.838)</u>	<u>(2.718)</u>
Imposto de renda - corrente		(912)	(2.486)	(2.454)
Contribuição social - corrente		(533)	(1.157)	(873)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(229)	805	609
<b>Participações nos lucros</b>		<u>(446)</u>	<u>(692)</u>	<u>(711)</u>
<b>Participação de não controladores</b>		<u>(147)</u>	<u>(158)</u>	<u>(1.207)</u>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<u>4.560</u>	<u>8.872</u>	<u>7.838</u>
<b>Juros sobre capital próprio</b>		<u>(1.725)</u>	<u>(3.260)</u>	<u>(2.398)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido prudencial

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>					<b>Totais</b>
	<b>Capital Social</b>	<b>Aumento de Capital</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Reserva Estatutária/Especial</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	21.530	-	1.519	17.062	-	40.111
Lucro líquido	-	-	-	-	7.838	7.838
Ajustes prudenciais de participantes não controladores	(1.530)	-	(13)	190	-	(1.353)
Aumento de Capital	-	3.000	-	(3.000)	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	392	4.745	(5.137)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.398)	(2.398)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(380)	(303)	(683)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>20.000</b>	<b>3.000</b>	<b>1.898</b>	<b>18.617</b>	<b>-</b>	<b>43.515</b>
Mutações do exercício	1.530	(3.000)	(379)	(1.555)	-	(3.404)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>20.000</b>	<b>3.000</b>	<b>1.898</b>	<b>18.617</b>	<b>-</b>	<b>43.515</b>
Lucro líquido	-	-	-	-	8.872	8.872
Ajustes prudenciais de participantes controladores	180	240	27	25	-	472
Aumento de Capital	3.420	(3.240)	-	-	-	180
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	442	4.862	(5.304)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.260)	(3.260)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(50)	(308)	(358)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>23.600</b>	<b>-</b>	<b>2.367</b>	<b>23.454</b>	<b>-</b>	<b>49.421</b>
Mutações do exercício	3.600	(3.000)	469	4.837	-	5.906
<b>Saldos em 01 de julho de 2016</b>	<b>23.000</b>	<b>-</b>	<b>2.105</b>	<b>20.864</b>	<b>-</b>	<b>45.969</b>
Lucro líquido	-	-	-	-	4.560	4.560
Ajustes prudenciais de participantes controladores	420	-	36	127	-	583
Aumento de Capital	180	-	-	-	-	180
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	226	2.463	(2.689)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.725)	(1.725)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(146)	(146)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>23.600</b>	<b>-</b>	<b>2.367</b>	<b>23.454</b>	<b>-</b>	<b>49.421</b>
Mutações do semestre	600	-	262	2.590	-	3.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

### Demonstração dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial

Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º sem/16	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do semestre/exercício		4.560	8.872	9.045
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		106	196	167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.952	5.626	10.789
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		1.039	1.419	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		356	488	131
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		1.445	3.643	3.327
Imposto de renda e contribuição social diferidos		229	(805)	(609)
Participação dos empregados		446	692	711
Participação de não controladores		147	158	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.217)	(2.016)	(1.590)
Movimentação de ativos e passivos operacionais:				
Redução (aumento) títulos e valores mobiliários		13.404	8.476	(1.508)
(Aumento) instrumentos financeiros derivativos		(755)	(755)	-
(Aumento) operações de crédito		(30.505)	(34.196)	(30.124)
Redução (aumento) outros créditos		885	(870)	(285)
(Aumento) outros valores e bens		(1.959)	(2.760)	(316)
(Redução) depósitos		(328)	(24.307)	(28.781)
Aumento recursos de emissão de títulos		13.062	70.416	104.628
(Redução) aumento cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		(173)	(76)	3
Aumento obrigações sociais e estatutárias		467	612	1.180
(Redução) aumento obrigações fiscais e previdenciárias		(2.634)	(1.971)	938
Aumento (redução) outras obrigações		1.131	(19.568)	(51.227)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>1.658</b>	<b>13.274</b>	<b>16.479</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de imobilizado		(236)	(298)	(17)
Baixas ao imobilizado		65	65	-
Adições (baixas) ao intangível		(77)	(79)	8
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>(248)</b>	<b>(312)</b>	<b>(9)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(519)	(1.920)	(2.387)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>		<b>(519)</b>	<b>(1.920)</b>	<b>(2.387)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>891</b>	<b>11.042</b>	<b>14.083</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	58.694	48.543	34.460
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	59.585	59.585	48.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, ao amparo essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com interveniência de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

Também fazem parte do conglomerado prudencial as seguintes instituições:

A Barigüi Companhia Hipotecária (“Hipotecária”), controlada pela Financeira (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas atividades em 10 de janeiro de 2012. A Hipotecária, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

A Barigüi Securitizadora S.A. (“SEC”) a qual tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2015, inclui também o Fundo de Investimentos Creditórios Barigüi Crédito Consignado (“FIDC”), o qual foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de junho de 2011, com prazo determinado de duração. Em conformidade com a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 (“AGC”), foi aprovada a liquidação do Fundo, nos termos de seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas. O objetivo do FIDC era a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pela Financeira e devedores, representados por CCBs, cujos pagamentos fossem efetuados por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamento.

## **2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras**

### **a. Base de elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial**

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, elaborem e apresentem demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- (a) Instituições financeira;
- (b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (c) Administradoras de consórcio;
- (d) Instituições de pagamento;
- (e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos a) e e).
- (g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações, é a Barigui Financeira.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

## **3 Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, incluem as demonstrações da Barigui Financeira e das entidades abaixo listadas. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados. As demonstrações da SEC tiveram seus critérios adaptados às práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. As demonstrações financeiras da Gestão, não estão sendo contempladas nestas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, devido a sua fase pré-operacional.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

- Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)
- Barigui Companhia Hipotecária (“Hipotecária”)
- Barigui Securitizadora S.A. (“SEC”)
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Consignado (“FIDC”) (\*)

(\*) Em 22 de junho de 2016, foi aprovada a liquidação do Fundo.

#### **4 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial são:

##### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

##### **b. Apuração do resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

##### **c. Aplicações Interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

##### **d. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

**e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

**f. Operações de crédito e provisão créditos de liquidação duvidosa**

- (i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério “*pró rata dia*”. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito do Conglomerado são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas, financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

- (ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra

a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

- (iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**g. Despesas antecipadas**

Correspondem principalmente a:

- (i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e
- (ii) Comissões pagas a correspondentes credenciados que são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, sendo o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e da Circular Bacen nº 3.378/14, conforme abaixo:
- (a) 2015: reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;
- (b) 2016: reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e
- (c) 2017: reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

**h. Ativo imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais são:

	<b>Taxa - % a.a.</b>
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%
Gastos de organização e expansão	20%

**i. Ativo intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

	Taxa - % a.a.
Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software	20%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo diferido não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

**j. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

**k. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**l. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**m. Recursos de aceites e emissão de títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**n. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
  - **Provisões:** são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
  - **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
  - Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.
- o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**  
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A partir de 2018 a alíquota retorna para 15%.

A contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% (para SEC e Hipotecária) e 20% (para a Financeira) do lucro tributável.

### ***Impostos diferidos***

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos

ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**p. Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**q. Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Disponibilidades		
Caixa	8	8
Depósitos bancários	2.500	1.730
Aplicações interfinanceiras (a)	57.077	46.805
Total	59.585	48.543

- (a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixas e equivalentes de caixa.

## 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	101% CDI	49.423	101% CDI	42.804
DI (pré)	14,14% a.a.	7.654	14,10% a.a.	4.001
Total		57.077		46.805

## 7 Títulos e valores mobiliários

### a. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas do fundo de investimentos BEM Fundo de Investimentos Referenciado DI - TPF no valor de R\$ 8.476. Não há aplicações em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2016.

### b. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swaps”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na CETIP. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir (não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em 2015):

31/12/2016	Valor referencial	Contas de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)
Posição ativa IGPM	29.275	31.146	755
Posição passiva CDI	29.275	30.391	-

### c. Conciliação do resultado com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários

	Nota	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.028	7.303	6.146
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7	249	683	1.139
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	755	755	-
Total		<u>5.032</u>	<u>8.741</u>	<u>7.285</u>

## 8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

### a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	31/12/2016	31/12/2015
Capital de giro	107.547	107.593
Crédito pessoal	209.806	211.485
CDC	1.343	7.186
Financiamentos imobiliários	<u>87.257</u>	<u>53.774</u>
Total	<u>405.953</u>	<u>380.038</u>
Circulante	121.970	130.736
Não circulante	283.983	249.302

**b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:**

	31/12/2016		31/12/2015	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Setor Privado:				
Indústria	70	0,02%	6.624	1,74%
Comércio	4.316	1,06%	4.130	1,09%
Outros serviços	12.362	3,05%	4.402	1,16%
Pessoa física	389.205	95,87%	364.882	96,01%
Total	405.953	100,00%	380.038	100,00%

A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi 1,3823% a.m. e a taxa máxima foi de 4,4000% a.m. (em 31 de dezembro de 2015 a taxa mínima foi 1,4901% a.m. e a taxa máxima foi de 4,1599% a.m.), enquanto que para os contratos firmados pela Hipotecária a taxa mínima no exercício foi de 0,67417% a.m. + CDI a.m e a taxa máxima foi de 2,99% a.m (em 2015 taxa mínima 0,4583% + CDI a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m). No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado Prudencial, auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 47.283 e R\$ 95.477 respectivamente (R\$ 92.890 em 31 de dezembro de 2015).

**c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

**c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(9.728)	(8.854)	(8.427)
Constituição	(1.952)	(5.626)	(10.789)
Baixa para prejuízo	2.515	5.315	7.396
Total	(9.165)	(9.165)	(11.820)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.174 e R\$ 2.392 respectivamente (R\$ 2.125 em 31 de dezembro de 2015).

As operações de crédito refinanciados totalizaram R\$ 119.408 (R\$ 107.846 em 31 de dezembro de 2015). As operações renegociadas ocorreram apenas na Financeira, no montante de R\$ 3.155 (em 31 de dezembro de 2015, não há valores comparativos). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

**c.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a previsão de realização do fluxo de recebimento das parcelas de acordo com seus vencimentos, é a seguinte:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>A vencer:</b>		
Até 3 meses	31.405	34.138
de 3 meses a 12 meses	85.357	87.798
De 1 a 3 anos	174.521	159.577
de 3 a 5 anos	90.244	80.508
de 5 a 15 anos	19.218	9.215
Acima de 15 anos	-	2
	<hr/>	<hr/>
Total a vencer	400.745	371.238
	<hr/>	<hr/>
Vencidos	5.208	8.800
	<hr/>	<hr/>
Total	405.953	380.038

**c.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating.**

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor				2016		2015	
			Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	127	4.369	16.389	20.885	-	518	-
	Normal		70	3.799	2.245	299.977	306.091	(1.529)	334.004	(1.670)
A	Vencido	0,50%	-	-	-	2.179	2.179	(11)	989	(5)
	Normal		-	260	2.847	20.432	23.539	(235)	4.534	(45)
B	Vencido	1,00%	-	-	529	10.637	11.166	(112)	5.124	(51)
	Normal		-	-	1.187	12.274	13.461	(404)	11.112	(333)
C	Vencido	3,00%	-	91	-	14.285	14.376	(431)	9.613	(288)
	Normal		-	-	-	560	560	(56)	371	(37)
D	Vencido	10,00%	-	-	-	4.264	4.264	(426)	2.310	(231)
	Normal		-	-	-	54	54	(16)	282	(85)
E	Vencido	30,00%	-	25	97	2.344	2.466	(740)	1.467	(440)
	Normal		-	-	1.086	156	1.242	(621)	53	(27)
F	Vencido	50,00%	-	-	-	1.594	1.594	(797)	1.529	(765)
	Normal		-	-	-	4	4	(3)	116	(81)
G	Vencido	70,00%	-	14	-	950	964	(675)	847	(593)
	Normal		-	-	-	77	77	(77)	200	(200)
H	Vencido	100,00%	-	-	2	3.029	3.031	(3.031)	6.969	(6.969)
<b>Total</b>			<b>70</b>	<b>4.316</b>	<b>12.362</b>	<b>389.205</b>	<b>405.953</b>	<b>(9.165)</b>	<b>380.038</b>	<b>(11.820)</b>
Circulante							121.970	(3.962)	130.736	(8.257)
Não Circulante							283.983	(5.203)	249.302	(3.563)

#### **c.4 Cessão de crédito**

- **FIDC** - Em conformidade com a Assembléia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016, (“AGC”), foi aprovada a liquidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigüi Consignado, nos termos do seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

As cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino Classe “A”, referentes a 1ª série, emitidas com prazo de duração de 60 meses, ambas com vencimento em junho de 2016, foram remuneradas integralmente em conformidade com as taxas previstas e indicadas na colocação aos cotistas.

- **Hipotecária** - No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, a Hipotecária adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 17.987 e 29.803 (R\$ 16.834 em 31 de dezembro de 2015). A taxa média dos créditos adquiridos no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 foi 1,0578 % e 1,1026 % respectivamente (A taxa média dos créditos adquiridos 1,3164% e 1,2843% em 31 de dezembro de 2015). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 3.391 e R\$ 5.753 respectivamente (R\$ 3.190 em 31 de dezembro de 2015). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.
- **SEC** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a SEC adquiriu créditos da Companhia Hipotecária no montante de R\$ 19.265, que foram vinculados a emissão de 2 (dois) CRI's.

## **9 Outros créditos**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da conta “outros créditos diversos” está composto pelos seguintes valores:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos	157	126
Créditos tributários (nota 23)	2.032	843
Impostos a recuperar	508	1.002
Títulos e créditos a receber (a)	1.015	51
Devedores diversos (b)	618	139
Cientes a receber	64	1
Outros (c)	30	248
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>4.424</u>	<u>2.411</u>
<b>Não circulante</b>		
Títulos e créditos a receber (a)	365	327
Créditos tributários (nota 23)	2.587	2.970
Provisão para outros créditos	(327)	(327)
Outros (c)	239	232
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>2.864</u>	<u>3.202</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente: (i) R\$ 103 referentes a falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2015); (ii) R\$ 248 representam valores sem características de concessão (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2015), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processos de cobrança; e (iii) R\$ 992 tratam-se de venda de imóveis parceladas (em 31 de dezembro de 2015, não há saldos comparativos).

- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados basicamente por: (i) R\$ 4 cheques devolvidos no recebimentos de parcelas (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2015); (ii) R\$ 55 corresponde a valores pagos para os processos de execução de garantias (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2015); (iii) serviços de terceiros na contratação de operações de crédito pagos no montante de R\$ 506 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2015); (iv) pagamentos antecipados de custas com cartório R\$ 35 dos quais serão integrados ao contrato de financiamento (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2015) e (v) pagamentos de custas para consolidação de propriedade no valor de R\$ 18 que serão reembolsados no momento da execução das garantias (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2015).
- (c) Os valores inscritos em “outros” são compostos por: (i) R\$ 239 referem-se a bloqueios judiciais (R\$ 127 em 31 de dezembro de 2015); e (ii) R\$ 30 referem-se a devedores para compra de valores e bens (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2015).

## 10 Outros valores e bens

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo do grupo “Outros valores e bens” está composto por bens não de uso e despesas antecipadas, sendo que estas últimas serão apropriadas ao resultado em períodos futuros.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>		
Despesas antecipadas:		
Seguros	5	6
Serviços especializados	-	41
Corretagens	70	86
Estruturação FIDC	-	72
Comissões (a)	2.552	3.545
Outros	3	-
Bens não de uso - Imóveis (b)	8.051	4.106
(-) Prov. para desvalorização de bens (c)	(1.569)	-
<b>Total</b>	<u>9.112</u>	<u>7.856</u>
<b>Não circulante</b>		
Despesas antecipadas:		
Corretagens	65	95
Comissões (a)	3.855	5.540
Bens não de uso - Imóveis(b)	3.123	1.577
(-) Prov. para desvalorização de bens (c)	(946)	(1.200)
<b>Total</b>	<u>6.097</u>	<u>6.012</u>

- (a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (b) Em 31 de dezembro de 2016, no Conglomerado Prudencial o valor total dos imóveis retomados representa R\$ 11.174.
- (c) Provisão constituída por decisão da administração no montante de R\$ 1.786.

## 11 Imobilizado de uso

Movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>(- )Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Móveis e equipamentos de uso	499	44	(4)	-	539
Equip. de informática	704	52	-	-	756
Veículos	311	202	(143)	-	370
Gastos de organização e expansão	29	-	-	-	29
(-) Depreciação acumulada	(990)	-	82	(158)	(1.066)
<b>Total</b>	<b>553</b>	<b>298</b>	<b>(65)</b>	<b>(158)</b>	<b>628</b>
	<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>(- )Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>
Movimentação total 2015	536	252	(85)	(150)	553

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram identificados indícios de *impairment* que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

## 12 Intangível

Demonstramos a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>(-)Amort.</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Sistema de Processamento de dados	442	79	-	-	521
Amortização Acumulada	(298)	-	-	(38)	(336)
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>79</b>	<b>-</b>	<b>(38)</b>	<b>185</b>
	<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>(-)Amort.</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>
Movimentação total 2015	152	39	-	(47)	144

### 13 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

#### a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

Demonstramos a exigibilidade, dos Depósitos interfinanceiros e a prazo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	23.110
Depósitos a prazo	5.084	20.404	-	25.488	26.685
<b>Total</b>	<b>5.084</b>	<b>20.404</b>	<b>-</b>	<b>25.488</b>	<b>49.795</b>
Circulante				25.488	27.693
Não circulante				-	22.102

### 14 Recursos de aceites e emissões de títulos

Demonstramos abaixo a exigibilidade dos recursos de aceites e emissões de títulos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Letras de Câmbio	10.616	48.136	155.854	214.606	171.290
Letras de Crédito Imobiliário	10.047	52.196	109.028	171.271	144.171
<b>Total</b>	<b>20.663</b>	<b>100.332</b>	<b>264.882</b>	<b>385.877</b>	<b>315.461</b>
Circulante				120.995	74.267
Não circulante				264.882	241.194

#### a. Resumo da composição das despesas de captação no mercado

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesas depósitos interfinanceiros	(361)	(1.246)	(3.006)
Despesas depósitos a prazo	(1.888)	(3.796)	(7.092)
Despesas aceites cambiais	(15.273)	(29.154)	(21.417)
Despesas letras de crédito imobiliário	(10.495)	(21.807)	(15.999)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(49)	(98)	(93)
Despesas de Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	(5.736)
Contribuição ao FGC	(391)	(759)	(784)
Outros	(286)	(651)	(68)
<b>Total</b>	<b>(28.743)</b>	<b>(57.511)</b>	<b>(54.195)</b>

## 15 Obrigações fiscais e previdenciárias

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	1.421	1.677
Contribuição social	606	620
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	27	70
Impostos e contribuições s/ salários	394	333
Outros	<u>250</u>	<u>342</u>
Total	<u>2.698</u>	<u>3.042</u>

## 16 Outras obrigações - Diversas

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>		
Despesas de pessoal	584	518
Outras provisões	1.476	2.229
Credores diversos - país (a)	5.769	3.258
Obrigações vinculadas a cessão de crédito (b)	-	20.245
Outros (c)	<u>348</u>	<u>310</u>
Total	<u>8.177</u>	<u>26.560</u>
<b>Não circulante</b>		
Provisões para contingências (nota 18)	847	464
Credores diversos - país (a)	<u>2.191</u>	<u>1.388</u>
Total	<u>3.038</u>	<u>1.852</u>

- (a) O saldo em “credores diversos - país” está basicamente composto por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 3.067 (R\$ 1.003 em 31 de dezembro de 2015); (ii) R\$ 2 referem-se a contratos a liberar (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2015); (iii) 1.958 referem-se a valores de contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2015); (iv) parcelas de seguros (DFI e MIP) a repassar no montante de R\$ 79 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2015); (v) recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$ 1.674 (R\$ 1.716 em 31 de dezembro de 2015); (vi) recebimentos não identificados e parcelas recebidas antecipadamente R\$ 127 (R\$ 259 em 30 de junho de 2015); e (vii) valores relativos a repasses por cobrança no montante de R\$ 1.053 ((R\$ 445 em 31 de dezembro de 2015).
- (b) Referem-se às cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (FIDC) não pertencentes ao grupo as quais foram classificadas no passivo circulante e não circulante, encerrados em junho/2016.
- (c) Refere-se a taxas de gestão anual dos CRIs, recebidas antecipadamente, as quais são apropriados ao resultado em 12 meses. Em 31 de dezembro de 2016 o montante a apropriar é de R\$ 348 (R\$ 310 em dezembro de 2015) e o montante apropriado ao resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 660 (R\$ 532 em dezembro de 2015).

## 17 Outras obrigações - dívidas subordinadas

Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.

Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Bacen.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 614 (R\$ 615 em 31 de dezembro de 2015). Foram reconhecidos, no semestre e exercício em questão, como despesas de captação no mercado, o montante de R\$ 49 e R\$ 98 respectivamente (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2015).

## 18 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

### a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram reconhecidos no conglomerado ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

### b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

#### b.1 Ações cíveis, trabalhistas e fiscais

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável a Financeira efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

#### b.2 Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Anterior	530	464	400
Const. Prov. cível	119	434	131
Const. Prov. Trabalhista	368	368	-
(-) Reversão cível	(131)	(314)	-
(-) Pagamentos	(39)	(105)	(67)
Total	<u>847</u>	<u>847</u>	<u>464</u>

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados no conglomerado prudencial, em 31 de dezembro de 2016 por processos de natureza cível no montante de R\$ 918 (R\$ 870 em 31 de dezembro de 2015) e trabalhista no montante de R\$ 75 (não há comparativo para 31 de dezembro de 2015).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

#### b.3 Órgãos Reguladores/Fiscalizadores

Não existe em curso processo administrativo por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais do Sistema Financeiro Nacional, em especial o Banco Central do Brasil.

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

O quadro de acionistas está representado da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Total do Capital Social Prudencial (R\$)
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	7.175.793	7.176
Enio Fomea Junior	2.760.828	2.761
Ivo Luiz Roveda	5.726.515	5.726
Antonio Bordin Neto	1.636.864	1.637
Paulo de Paula Abreu	1.150.000	1.150
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	4.650.000	4.650
Total	<u>23.600.000</u>	<u>23.600</u>

A quantidade de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do conglomerado prudencial é de 23.600.000 (vinte e três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, após a eliminação da participação da controlada.

### b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

### c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

### d. Dividendos

O estatuto social da Financeira e da Hipotecária determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações. Para a SEC o estatuto social determina o percentual mínimo de 10% para pagamento de dividendos.

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o conglomerado prudencial propôs dividendos no montante de R\$ 146 e R\$ 358 respectivamente (R\$ 683 em 31 de dezembro de 2015). Foram efetuados pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 736, sendo: (i) R\$ 676 referentes a 2015; (ii) R\$ 50 distribuídos de forma antecipada; e (iii) R\$ 10 referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2016.

### e. Juros sobre capital próprio

Apenas a Financeira destacou juros sobre o capital próprio durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.725 e R\$ 3.260 respectivamente (R\$ 2.398 em 31 de dezembro de 2015), com base na taxa referencial de juros "TJLP".

Deste montante destacado durante o exercício de 2016 e dos saldos provisionados em 2015, a Financeira efetuou o pagamento de R\$ 1.184.

### f. Participação de não controladores

A participação de não controladores refere-se a 100% do patrimônio líquido da Barigui Securitizadora S.A.

## 20 Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	31/12/2016				31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado do semestre	Resultado de exercício	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Pessoas físicas</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	15.672	(1.218)	(2.322)	-	13.860	(2.152)
Letra de crédito imobiliário	-	44.330	(2.989)	(5.734)	-	38.104	(4.408)
Remuneração administradores	-	-	(478)	(881)	-	-	(380)
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	1.187	(538)	(2.243)	-	863	(1.651)
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	-	-	(647)	(647)	-	14.912	(4.326)
<b>Bordin Administração e Incorporações Ltda.</b>							
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	919	(538)	(1.017)	-	384	(747)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	10.100	(683)	(1.261)	-	7.137	(840)
<b>Barigüi Veículos Ltda</b>							
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	7	(42)	(84)	-	3	(84)
Letra financeira subordinada	-	614	(49)	(98)	-	615	(92)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	15.322	(1.079)	(1.937)	-	10.117	(1.043)
<b>Barigüi Promotora de Crédito Imob. Ltda.</b>							
Prestação de serviços correspondente bancário	1.088	166	(1.988)	(4.520)	799	108	(1.439)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	139	(28)	(48)	-	172	(4)
<b>Central Brasileira de Cobrança Ltda.</b>							
Prestação de serviços de cobrança	-	150	(1.003)	-	-	181	(643)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	685	(71)	(120)	-	338	(37)
<b>Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.</b>							
Prestação de serviços correspondente bancário	-	-	(49)	(201)	913	-	(393)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	69	(11)	(28)	-	-	(3)
<b>Enio Fornea &amp; Cia Ltda.</b>							
Aluguéis	-	12	(71)	(140)	-	10	(110)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.224	(456)	(857)	-	5.462	(698)
<b>Barigüi Corretora de Seguros</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	-	-	-	-	(402)
<b>Center Automóveis Ltda</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.791	(405)	(405)	-	5.013	(661)
<b>Espaço Automóveis Ltda</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.462	(522)	(1.001)	-	6.461	(917)
<b>GFA Incorporações Ltda</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	4.339	(304)	(583)	-	3.756	(480)
<b>DP Cruz</b>							
Prestação de serviços de assessoria	-	-	-	(7)	-	1	(84)
<b>Amambahy Participações Ltda</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	494	(37)	(85)	-	1.127	(127)
<b>Fórmula Automóveis Ltda</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.980	(559)	(1.107)	-	12.037	(1.537)
<b>Instituto Barigüi</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	602	(42)	(95)	-	807	(62)
<b>Marumbi Investimentos Ltda</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	61	(15)	(39)	-	169	(8)

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

## 21 Política de remuneração

Em atendimento à Resolução CMN 3.921, de 25 de novembro de 2011, o Conglomerado remunera alguns de seus membros da Diretoria Executiva, sendo esta remuneração de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável.

O valor no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 está representado por R\$ 494 e R\$ 913 respectivamente (R\$ 342 em 31 de dezembro de 2015).

## 22 Despesas administrativas

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de aluguel	(123)	(246)	(188)
Despesas de comunicação	(227)	(456)	(478)
Despesas de processamento de dados	(499)	(914)	(703)
Despesas com relações públicas	(13)	(24)	(38)
Despesas com propaganda e publicidade	(168)	(274)	(262)
Despesas de seguros	(329)	(587)	(12)
Despesas serviço sistema financeiro	(331)	(1.225)	(1.307)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(6.282)	(13.079)	(10.831)
Despesa com serv. téc. especializados	(681)	(1.524)	(1.772)
Despesas com depreciação/amortização	(106)	(196)	(167)
Despesas com viagens	(156)	(280)	(315)
Despesa de transporte	(42)	(109)	(99)
Despesas judiciais e cartório	(25)	(48)	(89)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(30)	(64)	(121)
Outras despesas	(282)	(843)	(1.145)
<b>Total</b>	<b>(9.294)</b>	<b>(19.869)</b>	<b>(17.527)</b>

- (a) No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, refere-se substancialmente a: (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no montante de R\$ 3.918 e R\$ 8.216 (R\$ 6.515 em 31 de dezembro de 2015); (ii) referente à assessoria de cobrança R\$ 1.049 e R\$ 2.228 (R\$1.680 em 31 de dezembro de 2015); e (iii) referente à custos de repasse à órgãos públicos R\$ 385 e R\$ 810 (R\$730 em 31 de dezembro de 2015).

## 23 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

### a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda corrente	(912)	(2.486)	(2.454)
Contribuição social corrente	(533)	(1.157)	(873)
<b>Total</b>	<b>(1.445)</b>	<b>(3.643)</b>	<b>(3.327)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(229)	805	609
<b>Total</b>	<b>(1.674)</b>	<b>(2.838)</b>	<b>(2.718)</b>

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP") convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência entre 1º de setembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2018. O aumento dos saldos de créditos tributários decorrentes dessa majoração de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terão sua realização de acordo com o estudo dos créditos tributários, elaborados pela Administração, estando fundamentados na Resolução CMN n.º 3.059 e Circular n.º 3.171, nas quais foram cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos.

O efeito da majoração da alíquota se aplica apenas a Financeira.

**b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	6.827	12.560	12.474
Juros sobre Capital Próprio	(1.725)	(3.260)	(2.398)
Participação dos Empregados	(446)	(692)	(711)
<b>Resultado Antes do Impostos de Renda e Contribuição Social</b>	<b>4.656</b>	<b>8.608</b>	<b>9.365</b>
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(2.095)	(3.874)	(4.214)
<b>Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre Exclusões (adições):</b>			
Outros	650	231	887
<b>Impostos de Renda e Contribuições Social</b>	<b>(1.445)</b>	<b>(3.643)</b>	<b>(3.327)</b>

**c. Movimentação dos os créditos tributários:**

	Conglomerado Financeiro			Saldo Final 31/12/2016
	Saldo Inicial 31/12/2015	Constituição	(-) Reversão	
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.891	983	(332)	2.543
Provisão para contingências	114	109	(85)	138
Outras provisões	402	697	(749)	349
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	<b>2.407</b>	<b>1.789</b>	<b>(1.166)</b>	<b>3.030</b>
<b>Contribuição social</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.073	539	(187)	1.425
Provisão para contingências	87	79	(63)	103
Outras provisões	246	323	(508)	61
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	<b>1.406</b>	<b>941</b>	<b>(758)</b>	<b>1.589</b>
<b>Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ</b>	<b>3.813</b>	<b>2.730</b>	<b>(1.924)</b>	<b>4.619</b>

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2016 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2019	Total
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporária	1.324	648	1.058	3.030
Valor Presente	1.163	501	720	2.384
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporária	706	502	381	1.589
Valor Presente	624	388	259	1.271

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 13,65% (Selic).

O conglomerado não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2016 e 2015.

## 24 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 10,5% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2016 atingiu 16,95%, representativo do Conglomerado Prudencial Barigüi, atendendo preceitos regulamentares.

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência	<u>50.123</u>	<u>45.238</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>16,95%</u>	<u>16,27%</u>

## 25 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

**a. Risco de crédito**

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

**b. Risco operacional**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

**c. Risco de mercado**

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

**d. Risco de liquidez**

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

**e. Risco de gerenciamento de capital**

Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia.

A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

O gerenciamento em questão atende não só a Financeira como a sua controlada, Barigüi Cia. Hipotecária, ambas integrantes do Conglomerado Financeiro Barigüi.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: [www.bariguicredito inteligente.com.br](http://www.bariguicredito inteligente.com.br) > institucional > gerenciamento de riscos.

## **26 Eventos subsequentes**

Durante o primeiro trimestre de 2017, ocorreram alterações societárias no Conglomerado Prudencial:

- (a) A Financeira adquiriu cotas de ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal da SEC, no montante de R\$ 1.336, correspondente a 99% da participação acionária; e
- (b) O Conselho de Administração propôs aumento de capital na Financeira, no montante total de R\$ 22.000, sendo R\$ 1.502 em dinheiro, R\$ 698 referente ao saldo remanescente de juros sobre capital próprio e R\$ 19.800 por meio da utilização do saldo da reserva estatutária, estando pendente a aprovação do Banco Central do Brasil.

## **27 Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Essas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em reunião no dia 26 de abril de 2017.

Curitiba (PR), 26 de abril de 2017

## **Diretoria**

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO  
**Diretor Presidente**

PAULO DE PAULA ABREU  
**Diretor Superintendente**

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO  
**Diretor Executivo**

MARIA TERESA FORNEA  
**Diretora Executiva**

## **Conselho de Administração**

IVO LUIZ ROVEDA  
**Presidente**

ENIO FORNEA JÚNIOR  
**Vice Presidente**

FELIX ARCHANJO BORDIN  
**Conselheiro**

ANTÔNIO BORDIN NETO  
**Conselheiro**

PAULO DE PAULA ABREU  
**Conselheiro**

RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO  
**Conselheiro**

## **RESPONSÁVEL TÉCNICA**

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT  
**Contadora CRC PR 063966/O-2**